# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 650 - Brasilia, sexta-feira, 13 de março de 1998

### Decisões do Senado afetam milhões de brasileiros

O Senado aprovou nesta semana uma série de propostas que afetam a vida de milhões de brasileiros. A principal delas é a reforma administrativa, que introduz profundas alterações no serviço público do país. As comissões também apreciaram projetos de grande interesse da população. A CAS, por exemplo, aprovou proposta que assegura ao trabalhador a escolha do banco no qual o. empregador depositará o salário. Página 5



Simon sugere comissão do Senado



Suplicy: país precisa crescer 7% ao ano



Campos: resposta imediata ao problema

# Senadores cobram providências contra aumento do desemprego

Campos vê agricultura como solução e pede política séria para o setor. Suplicy exige medidas para amenizar efeitos sociais da crise e Simon propõe um amplo debate do problema e das saídas existentes

### PLENÁRIO VIABILIZA INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA NORTE-SUL



Projeto de Interligação Elétrica Norte-Sul ganhou impulso ontem com a decisão do Senado de autorizar a contratação de empréstimo da Eletrobrás junto ao BID no valor de US\$ 307 milhões. O plenário autorizou também o governo do estado do Tocantins a

contratar um financiamento de R\$ 75 milhões, destinado ao seu programa de eletrificação. A modernização da máquina pública do Rio de Janeiro terá recursos da ordem de R\$ 260 milhões, conforme empréstimo junto ao Banco Mundial autorizado pelo plenário. **Páginas 2 e 3** 

Senadores de diferentes partidos pediram ontem providências contra o aumento do desemprego no país. Júlio Campos, do PFL, disse que a saída está na agricultura e cobrou uma política séria para o setor. Pedro Simon, do PMDB, reclamou uma discussão ampla do problema e a busca de alternativas. O fórum adequado para isso, segundo Simon, seria uma comissão especial do Senado, cuja criação ele sugeriu. Eduardo Suplicy, do PT, criticou o governo por não adotar medidas que compensem os efeitos sociais negativos da crise econômica mundial. Em apartes aos oradores. manifestaram-se também sobre o problema os senadores Gerson Camata (PMDB), Osmar Dias (PSDB), Levy Dias (PPB), Lauro Campos (PT) e Gilvam Borges (PMDB). Páginas 6 e 7

### Aprovado acordo com a Itália para combate ao tráfico de drogas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou na quarta-feira acordo do Brasil com a Itália visando à cooperação no combate ao tráfico de entorpecentes. incluindo atrocade informações e assistência jurídica recíproca. Segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator do tema, o acordo prevê a harmonização das legislações dos dois países, além de colaboração em matéria de extradição e expulsão de membros de quadrilhas internacionais ligadas ao tráfico de drogas. Este acordo será agora analisado pelo plenário do Senado.

- O Estado italiano tem grande experiência na luta contra o crime organizado - observou.



### Agripino é condecorado

O senador José Agripino PFL-RN) recebeu, no último dia 4, em cerimônia realizada em seu gabinete, a comenda de Gran Oficial da Legião de Honra da França.

A condecoração, criada em 1802 por Napoleão Bonaparte, foi entregue pelo representante do governo francês, no Brasil, embaixador Phillipe Lecourtier.

### Tocantins terá recursos para eletrificação rural

O Programa de Eletrificação Rural do estado do Tocantins será em parte custeado com empréstimo de R\$ 75 milhões pelo Export-Import Bank do Japão. O financiamento, autorizado ontem pelo plenário do Senado, representa 70% do orcamento total do projeto. O restante virá da contrapartida obrigatória do governo do estado do Tocantins.

Pelo programa, nove mil propriedades rurais serão dotadas com infra-estrutura mínima em termos de energia elétrica. Segundo o relatório do senador Romero Jucá (PFL-RR), a implementação do programa "proporcionará expressivos benefícios advindos das atividade agrícolas e agropastoris, da produção agroindustrial, com repercussões na arrecadação tributária do estado"

Na mesma sessão, o plenário autorizou o empréstimo de R\$ 260 milhões pedido pelo estado do Rio de Janeiro ao Banco Mundial para o Programa de Reforma do Estado. O estado de Goiás também foi autorizado a contrair empréstimo com a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 79.9 milhões, para dar prosseguimento ao Programa de Demissão Voluntária

### Agenda do D

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

#### PLENÁRIO

Segunda-feira (16.03.98) 14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Terça-feira (17.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacandose: Discussão do \*PDL nº 51/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Marabá Ltda. para explorar servico de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iraí, estado do Rio Grande do Sul; e \*PDL nº 52/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Aquidauana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Aquidauana, estado de Mato Grosso do Sul Quarta-feira (18.03.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado Pauta: Apreciação das seguintes matérias: Discussão em turno único do \*PDL nº 54/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Auriverde de Pitanga Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pitanga, estado do Paraná; e \*PDL nº 68/97, que aprova o ato que renova a concessão defenda à Rádio Dourados do Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul; \*PDL nº 69/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Guarany de Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santarém, estado do Pará; e \*PDL nº 70/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio TV Tropical Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em tregüência modulada na cidade de Manaus, estado do Amazo-

Quinta-feira (19.03.98)

14h30 - Agenda em aberto

Pauta: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a registrar a passagem do centenário de falecimento do poeta simbolista Cruz e

Oradores inscritos: senadores Esperidião Amin, Artur da Távola, Ronaldo Cunha Lima, Francelino Pereira. José Fogaça e Casildo Maldaner

Sexta-feira (20.03.98)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

#### COMISSÕES

Quarta-feira (18.03.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1º parte: Audiência pública - Exposição do ministro da Saúde, Carlos Cesar Silva de Albuquerque. sobre a PEC nº 52/95 , que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país. 2º parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 52/95, suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saude no país: "PEC nº 25/96 - inclui o art. 74 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo a estabelecer realização de plebiscito em 1998 quanto à manutenção ou extinção do voto obrigatório e acolhimento ou não da reeleição de mandatários de cargos executivos; "PEC nº 58/95, fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96 - cria Tribunais Regionais Federais; \*PLS nº 230/95 (terminativo), que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring, \*PLS nº 63/95 (terminativo), que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; \*PLS nº 252/96 (terminativo), que inclui as pessoas solteiras, viuvas, separadas ou divorciadas no rol de beneficiárias da impenhorabilidade estabelecida pela Lei nº 8.009/90; \*PLS nº 273/96 (não terminativo), que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; \*PLS nº 69/97 (não terminativo), que regulamenta a experimentação técnico-cientifica na área de engenharia genética, vedando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

15h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "Relatório apresentado ao PLC nº 1/98-CN; "Relatório às emendas apresentadas ao PDL referentes às contas do presidente da República de 1996; e 'Relatório apresentado às contas do presidente da República referentes a 95. Plenário 02 - Anexo II - Cárnara dos Deputados

Quinta-feira (19.03.98) 10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacandose: \*PLC nº 52/97 (não terminativo), que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; "PLC nº 61/97 (não terminativo), que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação am-

### Rádio Senado recorda período pós-1964

A nova estrutura política imposta pelo movimento militar de 64 e os sucessos musicais que marcaram o período serão lembrados pelo programa "O Século XX", transmitido neste fim de semana pela Rádio Se-

Na esfera política, o programa relembra a cassação de Juscelino Kubitschek e de Carlos Lacerda, o cancelamento das eleições presidenciais de 1965. o fim do pluripartidarismo e o início do terrorismo de esquerda. E na esfera cultural, "O Século XX" comenta os sucessos da música Upa, Neguinho. interpretada por Elis Regina, e do show Gemini 5, com Peri Ribeiro, Leny Andrade e o Bossa Três. O plano antiinflação e a criação do BNH e da correcão monetária também serão lembrados no programa, que vai ao ar amanhã, às 22h e domingo, às 17h.

Já o programa "A Música do Brasil", que vai ao ar amanhã às 16h e domingo, às 22h, traz um especial com a cantora Elizete Cardoso.

#### JORNAL DO SENADO

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocinio

3º Secretário: Flaviano Meio

4º Secretário: Lucidio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho Joel de Hollanda - Martuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesos

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Contratação de US\$ 307 milhões pela Eletrobrás junto ao BID vai financiar parte do Projeto de Interligação Elétrica Norte-Sul, estimado em US\$ 938 milhões, afastando risco de déficit de energia

### Aprovado empréstimo para setor elétrico

#### Sergipe poderá refinanciar sua dívida

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de resolução autorizando o governo de Sergipe a refinanciar a sua dívida mobiliária, no valor de RS 389 milhões, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e aquele executivo estadual, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Conforme esclareceu o relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o pleito deveria ser atendido porque não se trata de dívida nova, "e o estado está dando um bom exemplo, ao diminuir, paulatinamente, a relação entre seu estoque de dívida e a receita líquida". Em 1995, a relação era de 0,97 e em 1998 será de 0.95, "Ao ser menor do que a unidade, o número aconselhado pelo Banco Central, Sergipe está dando um bom exemplo de administração austera", disse. O senador Lauro Campos (PT-DF) manifestou-se contrário à aprovação do pedido sergipano, "por ser contrário a todo endividamento estatal, por princípio". O senador Osmar Dias (PSDB-PR) concordou com Lauro Campos e citou o caso de três empréstimos para seu estado que, em 1997, ele relatou com parecer contrário, acompanhando os pareceres do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional. No caso de Sergipe, Osmar votou a favor por entender que o Banco Central deu parecer favorável.

O plenário do Senado autorizou, em sessão realizada ontem, a contratação de empréstimo da Eletrobrás junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento parcial do Projeto de Interligação Elétrica Norte-Sul. O custo total do projeto foi estimado em USS 938 milhões, dois quais USS 307 milhões serão financiados

com os recursos oriundos do empréstimo aprovado ontem. Segundo um estudo do BID, o projeto deve afastar os riscos de déficit energético nas regiões Norte e Nordeste, principalmente a partir de 2002.

Do projeto de interligação constam a construção de cinco trechos de linha de transmissão, ligando Samambaia, no Distrito Federal, a Imperatriz, no Maranhão; três novas subestações no Tocantins, além da ampliação de outras cinco. O traçado escolhido para o projeto (a diretriz da rodovia Belém-Brasília) permitirá de imediato o suprimento a Palmas, capital do estado do Tocantins, assim como a integração das usinas a serem construídas no rio Tocantins. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o Brasil possui, operando separadamente, os sistemas de transmissão Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, responsáveis pelo consumo de 95% de energia elétrica do país. A conexão desses dois sistemas proporcionará ganhos energéticos de cerca de 600 megawatt por ano.

### Adiada votação do projeto dos bibliotecários

O Senado aprovou requerimento do senador Elcio Alvares (PFL-ES) para adiamento da discussão sobre as emendas da Câmara a projeto de lei que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justica e Cidadania (CCJ), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). protestou contra o adiamento. Elcio Alvares explicou que seu requerimento foi motivado por pedido do autor do projeto, o então senador e hoje vice-presidente da República, Marco

Antes da intervenção de Elcio, Lúcio Alcântara havia lamentado o "presente de grego" que estava sendo dado aos bibliotecários, que comemoraram ontem seu dia. Para o senador, os profissionais mereciam que o Senado aprovasse as emendas e enviasse a matéria à sanção presidencial, e não que a Casa adiasse a votação do projeto:

- Essa procrastinação é indesejada. Sou relator, integro a base governista e fui surpreendido com esse requerimento - queixou-se.

Lúcio Alcântara afirmou que as emendas da Câmara ao projeto têm o mérito de delimitar os campos da atividade profissional: "Há campos que se interpenetram, como os do arquivista, do bibliotecário e do comunicador social", esclareceu.



Lúcio Alcântara (E) lamentou o adiamento da votação do projeto, pedido por Elcio Alvares

### Lobão pede campanha por bibliotecas

Ao homenagear o Dia do Bibliotecário, ontem, o senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um apelo ao presidente da República para que ele comande uma campanha nacional de estímulo à implantação de uma biblioteca em todos os municípios brasileiros.

- Tal movimento iria complementar a grande campanha "Todas as Crianças na Escola", de resultados que já se sabe alvissareiros. Em cada comunidade interioranauma biblioteca, estimulandose nos jovens o gosto pela leitura e, assim, dando-lhes condições de superar no futuro os tantos obstáculos que se antepõem aos que carecem de cultura - justificou.



Lobão quer estímulo à leitura

Conforme o Guia do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, editado em 1994, o país conta com 2.253 estabelecimentos públicos, 80 dos quais localizados no Maranhão, salientou o senador. Comparativamente aos Esados Unidos, dotado de 123 mil bibliotecas, sendo 8.900 públicas, o Brasil ainda está longe do ideal, na opinião do senador. Caberia, a seu ver, "vencer a inebriante concorrência da má televisão" e investir em novas salas de aula e leitura.

Edison Lobão cumprimentou a todos os profissionais da área, destacando a figura do paulista Rubens Barros de Morais, patrono dos bibliotecários brasileiros, que fundou, em 1940, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o primeiro curso de biblioteconomia no país.

## Palmeira quer declarações de rendimento dentro do prazo

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) apresentou requerimento de informações pedindo esclarecimentos ao Ministério da Fazenda sobre as medidas que têm sido tomadas para fiscalizar o cumprimento dos prazos de entrega das declarações de rendimento dos servidores federais. Segundo afirmou, a qua-



Palmeira pede fiscalização

se totalidade dos órgãos do Executivo e Judiciário não entregaram as respectivas declarações até a data estabelecida (o último dia 28 de fevereiro) e não foram penalizados apesar de estarem descumprindo a lei. Argumentou o senador que o atraso na entrega das declarações de rendimento prejudica o cumprimento das obrigações do servidor público junto 
à Receita Federal. Guilherme 
Palmeira assinalou que "já se 
tornou praxe nos últimos três 
anos" a prorrogação do prazo 
para as pessoas físicas declararem o imposto de renda.

Das duas uma: ou a lei é inócua, ineficaz e portanto dispensável, devendo ser revogada, ou é preciso adaptar os prazos legais às contingências materiais, fazendo com que o prazo de entrega das declarações seja contado a partir da data da entrega efetiva das declarações de rendimento - argumentou.

Guilherme Palmeira lamentou o fato de as instituições públicas, que têm suas folhas de pagamento informatizadas, serem "as primeiras a descumprir suas obrigações fiscais". Nesse sentido, fez um apelo à Comissão Diretora do Senado e à Mesa da Câmara para que continuem cumprindo as normas legais que votaram.

### Bresser defende Estado na educação e na saúde

O ministro da Administração Federal e Reforma do Estado. Luís Carlos Bresser Pereira, explicou a reforma gerencial e contratos de gestão no V Encontro Nacional de Dirigentes de Controle Interno (Endicon), que prosseguiu ontem no Auditório Petrônio Portella do Senado.

Втеняет фебелфен о детепciamento pelo Estado da educação e saúde, dizendo serem esses setores melhor administrados pelo setor público do que pela iniciativa privada. O ministro criticou, porém, as universidades brasileiras, que classificou de ineficientes. Como exemplo. Bresser Pereira disse que, apesar de o custo por alunp/ano nas universidades americanas ser o mesmo que no Brasil (15 mil dólares), o salário médio que prefessores e funcionários recebem no Brasil é a metade da remuneração recebida per esses profissionais nos

Estados Umdos

Outros assuntos tratados omem foram a contratação indireta de mão-de-obra; a nova proposta para a lei sobre o direito financeiro; o Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf) e o Sistema de Registro de Pregos (Sirep).

A programação para a manhã de hoje inclui os temas: integração dos sistemas de controle interno e a visão do Legislativo sobre os sistemas de controle interno, com exposição do deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF).

Participam do encerramento do encontro - marcado para hoje às 12h10 - o secretário executivo do Ministério da Fazenda. Pedro Patente, a diretora da Secretaria de Controle Interno do Senado. Martha Lyra Nascimento, e o secretário federal de Controle e presidente do Endicon, Domingos Poubel de Castro. A instituição é o grande instrumento de desenvolvimento da região, que se moderniza, diz o senador

# Suassuna destaca ação do BNB no Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem, em plenário, que o Banco do Nordeste (BNB) é o "grande instrumento" de desenvolvimento da região, destacando que nos últimos anos a instituição "vem-se tornando a bandeira representativa do Nordeste, que se moderniza e que se insere no novo cenário do país".

No entender de Suassuna, os resultados que vém sendo alcancados pela instituição são "excepcionais". As aplicações, por exemplo, passaram de R\$ 615 milhões, em 94, para R\$ 2.8 bilhões no ano passado. As operações de crédito cresceram 10 vezes nesse mesmo período, passando de 27 mil financiamentos, em 94, para 280 mil, em 97. Em 94, acrescentou, as operações contratadas pelo banco geraram 167 mil empregos, enquanto em 97 foram criados 667 mil postos de trabalho com os financiamentos da insti-

O senador explicou que "para se chegar a esses resultados tão positivos foram necessárias ações corajosas e enérgicas, que despertaram a oposição de alguns interesses".

Segundo Suassuna, uma forte descentralização foi o "passo essencial" no novo paradigma de gestão do banco, com a
transferência de grandes excedentes de funcionários, antes
concentrados em Fortaleza. O
total de funcionários da direção
geral, por exemplo, foi reduzido de 1.562 para 390. A criação da figura do agente de desenvolvimento, para marcar a
presença da instituição em cada
um dos 1.875 municípios de sua

área de atuação, é outro ponto de destaque e sucesso, assinalou o senador.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) cumprimentou Suassuna pelo pronunciamento, e endossou os elogios à atuação do Banco do Nordeste. Ao concluir, Ney Suassuna manifestou esperança de que a instituição consiga vencer os obstáculos colocados por alguns interesses contrariados, na forma de processos que ele aponta como exemplos da "nossa triste indústria da ação judicial".



Suassuna: BNB é bandeira representativa do Nordeste

### Benedita cobra definição de política energética da Cerj

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) cobrou da Companhia de Energia do Rio de Janeiro (Ceri) uma definição urgente para a política energética da região norte e noroeste do estado, afirmando que a população rural tem sofrido prejuízos incalculáveis com as constantes quedas de energia. Segundo a senadora, a Cerj é a líder de queixas do Procon, devido aos prejuízos acarretados pellas danificações de aparelhos eletrodomésticos. Benedita acrescentou que a compatibia não está cumprindo a promessa de indenizar os donos dos aparelhos queimados.

 A falta de plantonistas e a precariedade dos serviços prestados pela Cerj estão diminuindo a clientela do comércio, abalando a já precária economia das regiões norte e noroeste do estado do Rio - informou a senadora.



Benedita lembra prejuízos da população

Benedita da Silva lembrou que foi pedida auditoria na Cerj por uma comissão formada por vereadores da região para verificar a situação financeira da compatibia e a causa dos cortes de energía no estado.

SAUDE DA MULHER No mesmo pronunciamen-

to, Benedita fez apelo ao ministro da
Saúde pela matutenção do Programa
de Assistência Integral à Saúde da
Mulher A senadora
lembrou que o programa foi considerado pela Conterência do Cairo um
modelo para proteção à mulher. "Não
podemos prejudicar

este trabalho, que tem respaldo nacional, com a exoneração de dirigentes e mudanças em sua linha mestra", concluiu.

### BALANÇO



A reforma administrativa foi aprovada em segundo turno pelo plenário

### Senado teve semana de decisões

Se você é funcionário público, se recebe salário ou se usa energia elétrica, o Senado votou nesta semana projetos que alteram de alguma forma sua vida. O principal deles foi a reforma administrativa, que muda bastante o servico público do país, buscando aumentar a qualidade dos serviços oferecidos à população. A reforma administrativa é apontada pelo governo como fundamental para que estados e municípios equilibrem suas financas.

A reforma administrativa, que muda 28 artigos da Constituição do país, permitirá que estados e municípios demitam funcionários toda vez que os gastos com pessoal ultrapassarem os 60% das suas receitas líquidas. Gastando menos com funcionários, aumentarão os recursos para os serviços destinados à coletividade, inclusive investimentos.

As demissões, no entanto, não poderão ser feitas à vontade. Primeiro, a União, o estado ou o município terá de cortar 20% dos recursos usados para pagamento de cargos em comissão. Se ainda assim a folha estiver passando dos 60% da receita líquida, deverão ser demitidos os funcionários sem estabilidade (os contratados sem concurso depois de 5 de outubro de 1988). E mais: funcionário público

com desempenho insuficiente poderá ser demitido, mediante processo onde ele terá todo direito de defesa. A reforma estabelece ainda a remuneração máxima de um servidor público, da ativa ou aposentado - o salário de ministro do STF (RS 12.720,00). Assim que a mudança constitucional for promulgada (ainda neste mês), haverá automaticamente o corte do salário de quem recebe mais que esse teto. "A reforma é o caminho para me-

Projetos aprovados pela Casa afetam diretamente as vidas de funcionários, assalariados e portadores do vírus HIV

lhorar o serviço público no Brasil", diz o relator do projeto, senador Romero Jucá (PFL-RR):

O plenário do Senado votou nesta semana outro projeto destinado a melhorar o serviço público federal. É uma resolução que autoriza a União a tomar emprestados US\$ 57 milhões, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiar parcialmente o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal. De acordo com o Ministério da Fazenda, esse programa poderá gerar uma economia anual de aproximadamente US\$ 760 milhões.

Ontem pela manhã, os sena-

dores aprovaram também resolução que permite à Eletrobrás contratar financiamento no exterior de US\$ 307 milhões, destinados a bancar o projeto de interligação das linhas de energia elétrica dos sistemas Norte-Sul. Essa interligação ajudará a afastar a possibilidade de blecautes no país. Ainda na área de energia, o Senado autorizou nesta semana o estado do Tocantins a contratar empréstimo externo de R\$ 75 milhões para um programa

de eletrificação rural.

As comissões do Senado também aprovaram vários projetos de interesse da população. Na feira a Comissão da

quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou uma proposta que garante ao trabalhador a escolha do banco no qual o empregador depositará o seu salário. Atualmente, cabe à empresa escolher o banco.

Também na quarta, a CAS aprovou projeto que obriga toda empresa da área de remédios, cosméticos e produtos de limpeza a colocar de forma legível o prazo de validade. Além disso, todo produto só pode ser vendido em embalagem lacrada. A legislação atual é omissa quanto a essa informação. A mesma comissão votou favoravelmente uma

proposta que libera o saque de FGTS quando o trabalhador ou algum de seus dependentes for portador do vírus da Aids.

Os senadores da CAS aprovaram ainda nesta semana projeto de interesse ecológico. Ficou decidido que os estabelecimentos que vendem baterias de telefones celulares têm de recebê-las de volta após o uso. As baterias devem ser descartadas adequadamente ou recicladas. Além disso, elas deverão conter advertência de que os metais pesados de sua composição (chumbo, cádmio, mercúrio e zinco) são prejudiciais à saíde.

Na terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos decidiu, entre outras coisas, convidar o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a prestar informações sobre as notícias-crimes oferecidas com as conclusões da CPI dos Precatórios.

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania debateu intensamente, na quarta-feira, emenda constitucional que acaba com a proibição de empresas estrangeiras participarem na assistência à saúde no Brasil. Ficou acertado que a CCJ ouvirá, possivelmente nesta próxima semana, o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, e o ex-ministro Adib Jatene sobre o projeto.

#### Emília lê nota contra a reeleição

A senadora Emflia Fernandes (PDT-RS) registrou ontem manifesto oficial de seu partido criticando os métodos de atuação do governo federal "para levar adiante o processo viciado de reeleição a qualquer custo".

antar-se de uma manifestação ideológico-partidária contendo avaliação que o partido fez do momento político, principalmente reportando-se ao episódio "lamentável" da convenção do PMDB, quando a nação assistiu à atuação do processo de mudanças das regras do jogo eleitoral para garantir a permanência de Fernando Henrique Cardoso no poder - informou.

Segundo a senadora, não bastassem os recentes acontecimentos envolvendo compra e venda de votos nas votações das reformas constitucionais aprovadas pelo Congresso, a convenção do PMDB foi uma demonstração da vontade manifestada pelo Executivo de retornar ao colonialismo, sob a máscara do neoliberalismo.

#### REPRESENTAÇÃO

A nota do PDT anuncia que uma frente parlamentar, conduzida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, Sebastião Rocha (PDT-AP). Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e pelo deputado Marcelo Déda (PT-SE), entrou com representação junto à Corregedoria Geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o presidente da República e os ministros da Justiça e das Comunicações, na qual solicitam que se proceda a apuração dos possíveis crimes eleitorais relacionados à convenção do PMDB.



Emília vê "processo viciado"

Senador propôs em plenário a criação de uma comissão especial para analisar novas alternativas de geração de empregos, como o incentivo às microempresas

### Simon quer debater desemprego

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem. em plenário, sua proposta de criação de uma comissão especial do Senado para estudar a questão do desemprego no país. "Desde que apresentei meu requerimento, no início desta semana, fiquei impressionado com o número de pessoas e entidades que a mim têm-se dirigido. destacando a necessidade do debate e da discussão desta matéria", acrescentou.

Para o senador, é preciso discutir a questão no seu aspecto global e buscar alternativas para se abrirem novos mercados de trabalho, a exemplo do que fez. a Itália, em que, apesar das grandes fábricas como a Fiat.



Simon lembra exemplo da Itália

está na microempresa a força de sua economia.

Simon observou que o Brasil sempre teve problema de desemprego, mas nunca nos níveis atuais, e apontou entre as causas do agravamento da situação o avanço tecnológico,

a globalização, a falta de incentivos à pequena e à microempresa e a migração do campo para as cidades.

Na opinião do senador, o Brasil deveria estudar o que é melhor para o país e o que se deve fazer diante da globalização. A seu ver, a importação "desenfreada" tem fechado fábricas e desempregado muita gente, e é preciso proteger alguns setores produtivos nacionais, a exemplo do que fez a União Européia com o setor de autopeças.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que a capacidade de importação do Brasil deveria ser usada para aumentar o seu poder de barganha, assinalando que algumas barrei-

Afirmando estar indignada

com as ameaças da Caixa

Econômica Federal (CEF) de

inscrever os mutuários inadim-

plentes do SFH no Serviço de

a do mamão papaia, não passam na verdade de barreiras comerciais dos países desenvolvidos.

Já o senador Osmar Dias (PSDB-PR) observou que as importações sem critério têm causado, além do desemprego, a evasão de divisas, como aconteceu com o leite importado. E afirmou que esse tipo de importação também "desmantelou" a estrutura do setor algodoeiro e da indústria no país. Por sua vez. o senador Levy Dias (PPB-MS) disse que a "grande dívida de Fernando Henrique Cardoso tem sido para com o setor produtivo de alimentos", e que o desemprego pode ser combatido com uma política rural diferenciada.



#### Amorim pede reajuste para servidores antes da campanha

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu a importância da concessão de reajuste salarial aos funcionários públicos, antes do período eleitoral, sob risco de o presidente Fernando Henrique ser "acusado de fazer uso dessa medida para fins eleitoreiros". Considerou o senador uma boa oportunidade para debater o assunto a reunião que acontecerá hoje. com a presença de todos os ministros

O reajuste deve ser concedido agora para que não se cometa uma injustiça e encerre Fernando Henrique quatro anos de governo sem sequer reconhecer o sacrifício e os méritos de uma categoria trabalhadora que não faz greves e que mantém os serviços essenciais para o país afirmou o senador, alertando para o fato de ser este ano o último do atual mandato do presidente

Ernandes Amorim chamou a atenção para alterações propostas pela reforma administrativa, aprovada na quartafeira pelo Senado, que "tentam trazer à categoria dos servidores públicos as condições de maior eficiência e respeito que eles merecem". Segundo o senador, todas essas mudanças têm sido acompanhadas pela categoria, que aguarda a concessão do "merecido" reajuste.

- Não falo apenas pelos servidores de Rondônia ou de Brasília. Meu apelo é em favor dos funcionários públicos do país, que esperam ansiosos o reconhecimento do presidente, que certamente não se esquecerá dessa parcela tão significativa dos trabalhadores - declarou o senador.

### Suplicy diz que Brasil precisa crescer 7% ao ano

Suplicy condena câmbio

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que, se o Brasil não conseguir fazer sua economia crescer a taxas de 7% ao ano, dificilmente vai conseguir multiplicar os empregos.

Para o senador. enquanto continuar a armadilha cambial - "a sobrevalorização da moeda que leva o governo a colocar em prática taxas de juros tão altas" dificilmente esse objetivo vai ser alcançado.

Conforme Su-

plicy, a crise decorrente da quebra das bolsas de valores na Ásia assolou várias economias emergentes, como a da Rússia e a do Brasil, mas o governo brasileiro não foi eficiente na busca de soluções para amenizar seus efeitos. Ele disse que as bancadas governistas no Legislativo, por orientação do governo, aprovaram um programa de renda mínima extremamente restrito.

O programa, vinculado à educação e inicialmente destinado aos municípios mais pobres, até hoje não regula-

mentado, segundo Suplicy, é tão limitado que "não teve qualquer efeito prático e nem mesmo está sendo cogitado como uma das medidas contra o desemprego nas reuniões ministeriais". Na opinião

do senador, em meio ao furação asiático, o presidente russo Boris Yeltsin esteve à frente de Fernando Henrique.

Isso porque na Rússia aprovouse a Lei Federal do Mínimo Suficiente para a Vida. que estipulou uma renda per capita

para as pessoas sem possibilidades de sobrevivência. Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado dessa lei russa. Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que as estatísticas viraram, nos últimos três anos, matéria política para esconder a realidade brasileira. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) salientou que não se pode atribuir ao presidente Fernando Henrique Cardoso todos os males da sociedade, como a questão do desemprego, que hoje, segundo ele, é um fenômeno mundial.



Júnia critica inclusão

de mutuário no SPC

empresas devedo- Júnia se disse "indignada" ras do repasse de FGTS, que gozam de prazos elásticos para quitar suas dívidas, e os mutuários, que estão recebendo ameaças a partir de meros 30 dias de atraso.

Para Júnia, "o pobre paga bem e paga em dia, é o rico que rola sua dívida, renegocia e usa todos os artifícios para não pagar". A senadora mineira quer saber da CEF quantos mutuários estão com as prestações em atraso por mais de 30 dias e qual a diferença entre os reajustes salariais que eles receberam nos últimos 36 meses e as taxas de reajuste

das prestações da casa própria, "Minha impressão é que eles estão devendo porque perderam seus empregos ou não tiveram aumento salarial

> compatível com os reajustes da Caixa.

Para estabelecer um parâmetro de comparação, Júnia quer receber, também, a lista das 100 maiores empresas devedoras do FGTS, em cada estado, bem como tomar conheci-

mento das medidas que a CEF está implementando para cobrar essas dívidas. "Tenho certeza de que essas empresas não estão recebendo o tratamento draconiano de estar inscrito como devedor no Serviço de Proteção ao Crédito com meros 30 dias de atraso, nem ameacados de ação judicial com 90 dias. como está acontecendo com os mutuários".

Júnia lembrou que a casa própria não é um bem supérfluo. "Trata-se do patrimônio e da proteção da família", observou a senadora.



Gilvam: atenção a assentamentos

### Gilvam guer ajustes na reforma agrária

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que o principal problema do projeto de reforma agrária do governo Fernando Henrique é "um certo descompasso entre uma política de assentamentos quantitativamente bastante razoável e uma política ainda precária de desenvolvimento dos lotes, mediante infra-estrutura sanitária e educativa, créditos e assistência técnica".

Para o senador, se essa fragilidade na condução do processo de reforma agrária não for resolvida logo, poderá levar ao fracasso e ao descrédito "uma das mais notáveis iniciativas do governo na área social". Gilvam Borges elogiou, especialmente. a adoção do rito sumário na imissão das terras desapropriadas, o aumento seletivo do Imposto Territorial Rural, a criação do Banco da Terra e da Cédula da Terra e o controle e a diminuição do custo das terras desapropriadas.

O senador citou números oficiais dando conta de que, das 81.944 famílias assentadas em 1997, apenas cerca de 50 mil receberam o crédito de fomento-um empréstimo de R\$ 600,00 para comprar as primeiras ferramentas e sementes:

- Isso significa que 40% do total dos assentados no corrente ano não puderam comprar sequer uma enxada para dar início ao trabalho.

Gilvam Borges defendeu a necessidade de o governo aumentar o ritmo das desapropriações "em correspondência com as demandas sociais respectivas" e de o BNDES inverter algumas prioridades, abrindo seus cofres à agricultura.

Ao condenar a importação de alimentos, senador defende uma política agrícola "séria e arrojada" para o país

### Geração de emprego depende da agricultura, afirma Campos

A implantação de uma séria política agrícola foi defendida ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) como meio para evitar o crescimento do desemprego no país. Para o senador, a agricultura é a única área com condições de gerar, na atual realidade econômica, novos postos de trabalho diretos e permanentes, ao contrário da indústria e do setor de serviços, áreas que classificou como altamente destruidoras de emprego.

- Minha luta é pela implantação imediata de uma política agrícola séria e arrojada, capaz de criar novos postos de trabalho no campo e garantir as condições de trabalho para nossos agricultores, em benefício de nossa economia e do povo brasileiro.

O senador fez uma avaliação sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola, alertando para a falta de incentivos oferecidos, espe-



Campos: novos postos de trabalho

cialmente, aos pequenos e médios agricultores. Como exemplo, Júlio Campos citou a situação do produtor agropecuário em Mato Grosso, que recebe apenas R\$ 0.10 por litro de leite produzido.

A importação de alimentos também foi criticada pelo senador, que se disse inconformado "com a situação de um país como o Brasil, tendo que importar 10 milhões de toneladas de alimentos. O país não teria necessidade de importar produtos agrícolas se houves-

se um verdadeiro apoio aos nossos agricultores"

Júlio Campos lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, em entrevista concedida à revista Agroanalysis. em 1997, confirmou a capacidade de criação de empregos. geração e distribuição de renda do setor agrícola e prometeu "continuar a promover o desenvolvimento da agricultura nacional"

O senador acredita que investimentos na agricultura podem representar alívio no setor público e evitar a marginalização.

 Ao oferecermos condições de sobrevivência para o homem no campo, não apenas estamos oferecendo emprego no setor rural, mas estamos diminuindo a enorme pressão hoje existente sobre a oferta de serviços públicos nas grandes cidades, como também reduzindo a marginalização das populações rurais - afirmou.



#### TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) so-

Sebastiao Hocha (FDT-AF) subre os planos de saúde 7h30 - "Jornal da Amazônia" 8h - Debate entre o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e o presidente da OAB/DF sobre o caminho que a sociedade deve tomar para que a legislação seja cumorida

cumprida 9h - Sessão plenária (ao vivo) Logo após: V Encontro Nacio-nal de Controle Interno 19h30 - "Sete Dias na Política" 20h30 - Telejornal "Congresso Montro."

Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - "Fala, Cidadão"
22h - Resumo da semana
22h30 - "Sete Dias na Politica" 0h - "Fala, Cidadão" 0h30 - Telejornal "Resumo da

#### SÁBADO

11h - Palestra sobre "Anorexia" com a dra. Henriqueta Camaro-

14h30 - V Encontro Nacional de

#### DOMINGO

11h - Palestra sobre "Condicionamento Fisico\* - Luiz Roberto 14h30 - V Encontro Nacional de

#### **RÁDIO SENADO**

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição) 8h45 - "Plenário em Revista"

9h - Sessão plenána 13h30 - "Jornal do Senado" (2º

14h30 - Retransmissão da sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil" 22h30 - "Jornal do Senado" (3º edição) 0h - Retransmissão da sessão

#### SÁBADO

8h - Resenha da semana (ple-

nário) 10h - Resenha da semana (co-

10h - Hesenha da semana (co-missões/presidência) 10h30 - "Autores e Livros" 11h - "A Musica Erudita e seus Mestres", com apresentação do senador Artur da Távola 15h - Resenha da semana (ple-

16h - "A Música do Brasil", com apresentação do senador Arr da Tavola

20h - "Instrumental de Ouro" 22h - "Século XX" - A cassação de Juscelino Kubitschek e de Lacerda, o começo do terrorismo de esquerda, o movimento estrudantil, a extinção dos partidos políticos e a criação da Arena e do MDB, a correção monetária e a cnação SFH e do BNH. É mais: Nelson Cavaquinho, Elis Regina, Jorge Ben, Tom Jobim e outros ntérpretes da musica brasileira

8h - Resenha da semana (pie-

10h - Resenha da semana (comissões/presidência) 11h - "A Música Erudita e seus

Mestres" (reprise) 15h - Resenha da semana (pie-

16h - Resenha da semana (pie

nário) 17h - "Século XX" (reprise) 19h30 - "Autores e Livros" (reprise) 22h - "A Música do Brasil"

### Quintanilha: encargos afetam competitividade do setor

Com bons índices de incorporação tecnológica à produção, a agricultura brasileira arca com encargos tributários da ordem de 37%, o que, segundo disse ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), representa um dos principais fatores da baixa competitividade dos produtos agrícolas nacionais.

O senador deu o exemplo da Argentina e do Uruguai, onde o setor agrícola tem vantagens competitivas em relação ao Brasil por conta de encargos tributários de 16% e 14%, respectivamente.

Ouintanilha abordou principalmente a produção de arroz, em que "o Brasil assumiu uma liderança pouco invejada, de maior importador do mundo", apesar de suas condições climáticas favoráveis, da sua área agricultável privilegiada e da necessidade de abrir oportunidades de trabalho.

Em 1997, salientou o senador, o Brasil importou 1,7 milhão de toneladas de arroz e, para 1998, a previsão é de 2 milhões de toneladas, pois a produção nacional de arroz está estagnada em 10 milhões de toneladas.

Além da carga tributária, Leomar Quintanilha também



Quintanilha: tributos de 37%

apontou os altos juros dos financiamentos agrícolas, que, apesar da estabilidade monetária, têm inviabilizado novos investimentos produtivos e vêm provocando até mesmo o abandono das propriedades agrícolas, por falta de condições de pagamento.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) considerou a informação de que o Brasil é o maior importador de arroz do mundo como uma denúncia. Ele afirmou que o Japão, com uma área quase igual à do estado do Maranhão e 70% de suas terras inaproveitáveis para fins agrícolas, produz tanto arroz quanto o Brasil. Para Lobão, a explicação para semelhante disparidade está na equivocada política agrícola do governo federal.

Projeto apresentado pelo senador estabelece que o Supremo Tribunal Federal não precisará mais de licença prévia do Congresso para analisar acusações de crimes comuns feitas a parlamentares

### Serra pretende limitar imunidade

O senador José Serra (PSDB-SP) apresentou projeto para inverter o procedimento relativo à imunidade parlamentar, permitindo ao Supremo Tribunal Federal instaurar ação penal contra membro do Legislativo antes de comunicar ao Senado ou à Câmara a existência do processo. Serra quer acabar com a possibilidade de o mandato proteger o parlamentar acusado de crime comum, por entender que os parlamentares são invioláveis apenas por suas opiniões, palavras e votos.

Ele sustenta que o crime comum nada tem a ver com o instituto da imunidade parlamentar, pensada para assegurar o pleno exercício do mandato. Em sua opinião, o não processamento de parlamentares acusados de crimes co-



Serra quer processo mais fácil muns, em razão da necessidade de licença prévia, tem cola-

borado para a opinião pública combater as instituições do Poder Legislativo.

"É nesse sentido que defendemos a inversão do procedimento, em oposição à ora existente necessidade de licença prévia", disse o parlamentar, convencido de que, ao fazer essa mudança, se valorizará o instituto da imunidade parlamentar. Hoje, a Constituição diz que os membros do Congresso Nacional não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa. Diz também que o indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição do crime enquanto durar o mandato.

A proposta de Serra prevê que o STF comunique à Câmara ou ao Senado a existência do processo apenas depois de instaurada a ação penal. Pela proposta, para suspender o curso desse processo, a Câmara ou o Senado terão que deliberar por maioria absoluta de votos, por inicitativa da Mesa ou de partido político. Nas hipóteses relativas às inviolabilidades civis e penais, por opiniões, para

lavras e votos, o senador esclareceu que o crime simplesmente é inexistente.

Serra também ressalvou que sua proposta não altera a exigência de voto secreto para deliberar sobre esses processos. Analisando a questão sob a ótica do votante e não do votado, ele afirmou que é inegável a existência do esprit de corps no Legislativo. Sendo o voto aberto, entende ele, o parlamentar sempre levará em consideração sua relação com o interessado, votando a favor da suspensão do processo para agradar o colega, ou simplesmente não comparecendo à votação, o que resultará em falta de quorum. Na opinião do senador, o voto secreto, neste particular, garante uma independência desejada e necessária.



Jucá: prefeitos mais isentos

#### Jucá sugere verba direto a municípios

O senador Romero Jucá (PFL-RR) informou ontem que solicitou ao presidente da República, ao ministro do Planejamento e ao secretário de Políticas Regionais que os recursos que o governo federal enviará ao estado Roraima, duramente atingido pelos efeitos do Fl Niño e tomado por incêndios nas fazendas e áreas indígenas, sejam diretamente creditados às prefeituras.

Conforme Jucá, o atual governador do estado seria um dos responsáveis pela calamidade que atinge Roraima, pois, avisado há dois anos, pelo Ministério da Agricultura, das dificuldades que sobreviriam, não teria tomado as necessárias providências.

Candidato à reeleição, agora ele tenta se agarrar à calamidade para buscar recursos e mudar o panorama eleitoral.
 Os prefeitos não disputarão eleições neste ano e poderão aplicar os recursos com mais isenção - justificou.

Jucă também informou ter solicitado à Embaixada do Canadá o empréstimo de aviões-tanque utilizados no combate de incêndios nas florestas canadenses.

Por outro lado, em três ofícios, enviados ao ministro de Política Fundiária, ao presidente do Incra e ao presidente da Funai, o senador solicita a utilização de 50 mil hectares da Fazenda Bamerindus para o reassentamento de fazendeiros, posseiros e ocupantes de áreas indígenas. Esses estão sendo removidos das áreas demareadas pela Funai, notadamente São Marcos, Raposa e Serra do Sol, assinalou.

### ACM diz que PFL é "vital" para governabilidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao participar ontem da solenidade de recondução do ex-embaixador Jorge Bornhausen ao cargo de presidente nacional do Partido da Frente Liberal, afirmou que "o PFL é vital para a governabilidade do país".

O senador saudou as liderancapartidarias presentes ao atocalizado na sala da Comisso de Constituição, Justiça e Ci ladania do Senado-, elogiou o deputado pernambucano José Jorge, como presidente interino da agremiação, e apontou como "marca maior" do partido a altivez "com que o PFL está no governo e colabora com o presidente da República".

Ao lado do vice-presidente da República, Marco Maciel, dos ministros Gustavo Krause (Meio Ambiente), Luís Carlos Santos (Coordenação Política) e Reinhold Stephanes (Previdência Social), Antonio Carlos previu o crescimento da agre-



Antonio Carlos destacou participação altiva do PFL no governo

miação nas eleições de outubro próximo e destacou a importância do retorno de Bornhausen à direção partidária, no momento em que ele será "fundamental para a defesa dos companheiros na disputa eleitoral".

Depois de apontar a unidade de ação partidária como outro ponto "forte" do PFL, Antonio Carlos observou que o partido tem poucas divergências e trata suas diferenças "internamente, não em público". O senador reafirmou seu entendimento de que "o PMDB prestou um grande serviço ao país", com a decisão tomada em convenção de engajamento na campanha pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e negou que alguma vez tenha tido "divergências" com o embaixador Jorge Bornhausen.

Também estiveram presentes à cerimônia os governadores Siqueira Campos (To-

cantins), Jaime Lerner (Paraná) e Orleir Camelli (Acre), o prefeito do Rio de Janeiro, Luís Paulo Conde, os líderes do PFL no Senado (Hugo Napoleão) e na Câmara (Inocêncio Oliveira), além dos líderes do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), e na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), inúmeros senadores e deputados, bem como candidatos do partido a diversos governos estaduais, ao Senado e à Câmara.